

Os cursos em massa *online* derivam para a formação profissional

Uma das grandes promessas educativas das novas tecnologias são os cursos em massa abertos *online* (MOOC – Massive Open Online Courses), cursos universitários sobre temas muito variados a que podem aceder alunos a partir de qualquer ponto do mundo, desde que estejam ligados à Internet. Ao permitir a qualquer universitário do mundo receber instrução dos melhores professores, iam revolucionar e democratizar o ensino superior, de acordo com os seus entusiastas promotores. O “The New York Times” declarou 2012 como “o ano dos MOOC”, e o seu colunista, Thomas L. Friedman, salientava no início de 2013, que “nada tem tanto potencial para tirar tantas pessoas da pobreza”.

Mas a experiência indica que a fórmula não dá para tanto. O que não significa que não possa ser útil a uma escala mais modesta e em determinadas condições.

Uma das promessas que desde o princípio referiram os entusiastas, era que os MOOC beneficiariam a população menos favorecida, e especialmente os países em desenvolvimento, porque lhes permitiriam desfrutar de uma educação de topo com somente computadores e ligação à Internet, muito mais acessíveis do que uma universidade “física”.

A realidade, como explica um artigo (“After setbacks, online courses are rethought” do “The New York Times”, 10.12.2013), é que os principais utentes dos MOOC já têm um diploma universitário (80%). Muitos procuram complementar a sua formação ou simplesmente manter-se atualizados nos seus respetivos campos; outros pretendem simplesmente satisfazer a sua curiosidade. Um estudo “The MOOC phenomenon: Who takes massive open online courses and why?” da Universidade da Pensilvânia, publicado em novembro passado, conclui que “as pessoas a quem supostamente a revolução dos MOOC ia ajudar mais – aqueles que não estavam a conseguir aceder aos estudos superiores nos países desenvolvidos – estão pouco representados entre os atuais utentes desta tecnologia”.

O próprio Sebastian Thrun, fundador da Udacity – uma das três grandes plataformas de cursos *online*, juntamente com a edX e a Coursera –, mudou as suas perspetivas sobre as oportunidades dos MOOCs no mundo desenvolvido, em virtude de uma experiência realizada durante o primeiro semestre de 2013. A sua plataforma chegou a um acordo com

o governador da Califórnia, pelo qual um grupo de estudantes escolhidos de meios socioeconómicos desfavorecidos, participaria em cursos *online* elaborados pela Udacity; o governador comprometia-se a que a Universidade Estadual de San José validasse oficialmente os estudos.

Thrun pretendia com isto diminuir as altíssimas percentagens de abandono, um dos grandes obstáculos dos MOOC (menos de 10% dos matriculados terminam os cursos). Todavia, o programa foi um fracasso em termos gerais. Embora o abandono tenha sido consideravelmente menor, apenas 25% foram aprovados, e as notas dos estudantes *online* foram significativamente piores do que as dos seus companheiros nas salas de aula.

Referindo-se aos estudantes que participaram na experiência, o próprio Thrun salientava: “Era um grupo que provinha de bairros difíceis, com pouco acesso aos computadores, e com todo o tipo de problemas nas suas vidas quotidianas. Para eles, o curso não era uma boa opção”. As palavras provocaram uma forte polémica, e Thrun apressou-se a clarificá-las, mas, no fundo, correspondiam a um facto comprovado: atualmente, os utentes dos MOOC pertencem maioritariamente a classes sociais de elevados rendimentos, e especialmente nos países em desenvolvimento ou emergentes: na África do Sul, China, Rússia, Índia ou Brasil, 80% dos que os frequentam, pertencem aos 6% mais ricos da população.

Daí que, no mesmo artigo (“Udacity’s Sebastian Thrun, godfather of free online education, changes course” de Max Chafkin, em “Fast Company”, 14.11.2013) onde apareciam as palavras da polémica, Thrun tenha anunciado uma mudança de estratégia: converter os MOOC da Udacity em cursos claramente orientados para o mercado laboral, seja para estudantes nalgum tipo de formação profissional, ou para a formação contínua de trabalhadores. Para os financiar, Thrun pretende chegar a acordos com empresas interessadas. O fundador da Udacity pensa que este modelo – cursos mais curtos e mais orientados para o mercado – acabará por se transplantar para parte do sistema universitário. Contudo, considera que o valor de uma frequência presencial de quatro anos numa boa universidade nunca poderá ser igualado pelos MOOC.

Outros analistas pensam que o cenário mais provável é que as universidades, pelo menos as prestigiosas, continuem a oferecer ensino tradicional, mas também vários MOOC, talvez

centrados nalguma especialidade, que servirão de meio para atrair alunos e ganhar prestígio.

No entanto, nos países em desenvolvimento, os MOOC continuam a oferecer uma promessa de democratizar o ensino universitário. Talvez porque aí a necessidade seja mais premente, procuraram-se soluções para alguns dos principais problemas dos cursos *online*.

Um deles é a acreditação. A necessidade de que os estudos realizados tenham valor real no mercado aumenta com a pobreza do país. Por isso, a certificação dos estudos foi uma prioridade na elaboração de iniciativas destinadas a África.

Um exemplo disso é o Kepler, um programa de estudos preparado pela organização sem fins lucrativos, Geração Ruanda. Pretende que estudantes ruandeses tenham acesso a um ensino de qualidade utilizando cursos *online*, certificados por universidades prestigiosas do estrangeiro. Estão a funcionar apenas há um ano, mas, até ao momento, a experiência foi boa.

O Kepler assumiu o modelo norte-americano dos MOOC, adaptando-o à realidade social ruandesa.

Embora neste primeiro ano o projeto piloto tenha sido gratuito, a ideia é ir pouco a pouco cobrando aos estudantes durante os próximos anos, para que o programa não dependa tanto de donativos. Não obstante, os custos para os alunos – e para a própria organização – serão claramente menores do que os das universidades.

No programa Kepler, a formação *online* não é tudo. Uma das inovações que estabelece em relação aos seus predecessores do mundo desenvolvido, é conceder uma grande importância às tutorias em grupo. Como se explica na *web* (Kepler.org) do Kepler, estes seminários são um dos três pilares do projeto. Com eles, pretende-se não apenas reduzir a elevada percentagem de abandono que tem caracterizado a formação *online*, como também proporcionar uma série de aptidões não académicas que só se colocam em jogo no face a face com um professor que, além disso, atua como assessor: como estudar, onde procurar informação, saber analisar criticamente, etc.

O programa inclui também uma estadia em determinada empresa. Para facilitar que os formados encontrem emprego, o Kepler chegou a um acordo com uma universidade norte-americana que certifica os seus graus baseando-se em competências, não em horas dedicadas ao programa. Esta é outra das lições que África pode dar aos MOOC ocidentais: se se quiser que tenham um reconhecimento oficial, não devem procurar competir com o ensino tradicional, no sentido de pretender ser uma alternativa a um ensino académico, mas sim que o objetivo deve ser oferecer uma certificação de capacidades profissionais. Deste modo, além disso, pode-se envolver o mundo empresarial no financiamento dos cursos.

F.R.-B.

EUA: Recua a pena de morte e fecham clínicas abortistas

Em 2013, houve boas notícias provenientes dos Estados Unidos sobre avanços significativos na proteção da vida humana: recuou a pena de morte e fecharam clínicas abortistas. Ao mesmo tempo, observaram-se posições contraditórias na opinião pública e em importantes meios de comunicação sobre o respeito pelo direito à vida.

No seu editorial de 29 de dezembro, o “The New York Times” destacou que, em 2013, o Maryland foi o sexto Estado a abolir a pena capital nos últimos seis anos: juntou-se a outros dezoito Estados e ao Distrito de Colúmbia. Embora continue em vigor, a pena de morte não é aplicada no âmbito federal nem no militar. De facto, são já trinta os Estados sem nenhuma execução nos últimos cinco anos. As 80 condenações à morte em 2013, foram em apenas 2% dos condados do país, e as 39 execuções – mais de metade tiveram lugar no Texas e na Florida – foram levadas a cabo em 1% dos condados, segundo o Death Penalty Information Center. 85% dos condados não conheceram uma única execução em mais de 45 anos.

O apoio popular à pena de morte – fator importante para as decisões do Supremo Tribunal – está no seu nível mais baixo em quatro décadas: 40% dos inquiridos pela Gallup consideram que não é administrada de maneira justa. Sem dúvida, tem influência a realidade de imputados que foram libertos graças às provas de ADN – incluindo 18 condenados à morte –, o que revela os erros irreparáveis do sistema penal norte-americano.

Isto não quer dizer que os mais de três mil réus nos corredores da morte sejam inocentes ou mereçam ser colocados em liberdade. Mas cresce a convicção popular de que a aplicação da pena capital depende de critérios locais e, sobretudo, do dinheiro que cada um possa gastar na sua defesa. Ficam longe as garantias constitucionais sobre o direito a um justo julgamento sem discriminações, assim como a proibição da oitava emenda de castigos cruéis e incomuns. Mais ainda quando alguns Estados não podem usar injeções letais, devido à negativa de laboratórios europeus a proporcioná-las para executar condenados à morte.

Por outro lado, a Operation Rescue confirma o fecho de clínicas abortistas: ao longo do ano passado, baixaram de 669 para 582, sem incluir outras onze suspensas provisoriamente na sequência de ações processuais. O máximo tinha sido alcançado em 1991, quando chegaram a funcionar 2.176 centros que praticavam abortos.

Como sucede em parte com a pena de morte, nessa diminuição têm influência também escândalos notórios provocados por médicos abortistas que não cumpriam de modo flagrante as leis civis. Em grande parte, esses abusos justificaram as normas restritivas promulgadas nalguns Estados, que tendem a aperfeiçoar melhor os requisitos jurídicos, assim como a recusar o aborto quando a gravidez é avançada.

Em conjunto, segundo a informação dos Centers for Disease Control, o número de abortos diminuiu 3% nos últimos três anos. De acordo com a Operation Rescue, neste período teria acontecido a maior descida desde a despenalização jurídica determinada em 1973 pelo Supremo Tribunal.

Também na opinião pública se registaram mudanças nos últimos anos a favor do respeito pela vida humana nascente. Segundo o inquérito Gallup de maio de 2013 sobre valores, 48% dos inquiridos consideraram-se pró-vida, contra 45% *pro-choice*.

O paradoxal, na perspetiva europeia, é que um Estado como o Texas, número um na execução da pena de morte, tenha proibido o aborto após a vigésima semana, o que levou ao encerramento de até onze clínicas.

S.B.

Mais fotografias, menos recordações

Antes da era digital, em quase todas as famílias existia um álbum de fotografias ou uma caixa de sapatos cheia de fotografias. Era aí que se encontravam as recordações: as mais antigas a preto e branco e as mais modernas a cores ou em papel brilhante de *polaroid*. Abriamos muitas vezes o álbum ou a caixa e olhávamos e observávamos aquelas fotografias antigas, testemunhos da vida da família, falávamos sobre todas essas recordações imortalizadas pela câmara compacta ou reflex do nosso pai ou de algum familiar e alimentávamos assim a memória do que fomos.

Embora naqueles álbuns ou caixas houvesse muitas fotografias, não havia demasiadas, poderíamos dizer que as suficientes para poder vê-las a todas durante uma tarde chuvosa. Em caso de excesso, era feita uma seleção natural e alguns instantâneos, por serem repetidos, por estarem embaciados ou mal focados, ficavam relegados nalgum outro recetáculo não tão à mão.

Mas agora, embora tenham diminuído as fotografias em papel, dispomos de milhares e milhares de instantâneos em ocultas pastas do nosso computador, armazenados num disco rígido que raras vezes ligamos, ou na galeria dos nossos telemóveis. Hoje, fotografamos tudo, pelo que dedicamos mais tempo a registar o que nos está a acontecer, do que a vivê-lo, como se deixássemos para depois o revivê-lo. Mas, em geral, esse momento nunca chega, porque não temos tempo para ver tudo o que guardámos, tudo o que acumulámos. Como formigas atarefadas, dedicamo-nos a armazenar vivências, não a vivenciá-las, esperando que chegue o inverno para extrair dessa memória digital o que lançámos nela; no entanto, essa oportunidade raras vezes se apresenta.

Em vez de viver o momento, preferimos “imortalizá-lo” com a nossa câmara, o nosso *tablet* ou o nosso telemóvel; em vez de viver os primeiros passos do nosso bebé, preferimos gravá-los; em vez de viver o aniversário do nosso filho, preferimos fazer

dezenas de instantâneos e ver como ficaram. Acreditamos que dessa forma a nossa memória se reforça, mas não é assim, porque ao estarmos pendentes da fotografia, não o estamos tanto do que se está a passar. Da mesma maneira que recordamos poucos números de telefone porque os confiámos à memória do nosso telemóvel, do mesmo modo a recordação das nossas vivências não é tão nítida, porque não as vivemos com tanta intensidade e encomendámo-las aos megapíxeis de uma câmara digital.

Um recente estudo levado a cabo pela Dra. Linda Henkel da Universidade de Fairfield no Connecticut, salientou que fazer fotografias interfere na nossa memória, ou seja, que quantas mais fotografias fazemos, menos recordamos. A experiência teve lugar num museu. Aos voluntários foi-lhes dito que poderiam fazer ou não fotografias, e depois comprovou-se que aqueles que não as fizeram, recordavam melhor o que tinham visto.

É importante ter imagens do vivido, mas é-o mais vivê-lo com intensidade. É bom poder ver a vida em diferido, mas é melhor vivê-la em direto. É bom guardar as recordações, mas vale mais poder recordar. Há muitas ocasiões na nossa vida familiar que bem merecem que as fotografemos, sempre e quando não deixemos que as fotografias as substituam.

P. G. e C. G.

“As Flores da Guerra”

Jin líng shí san chai

Realizador: Zhang Yimou
Atores: Christian Bale; Xinyi Zhang; Ni Ni
Duração: 146 min.
Ano: 2011

Um filme violento e cru retratando a invasão da China pelas tropas japonesas na conquista de Nanquim em 1937. As raparigas de um convento católico não conseguem fugir da cidade e refugiam-se no seu edifício. Um rapazito que fora o auxiliar do padre que entretanto falecera é a única pessoa que fica com elas. De repente, um americano que fora até lá para enterrar o sacerdote também se vê encurralado no convento. Mais tarde, vão para lá algumas prostitutas carregadas de objetos e vestidos preciosos. Todas as refugiadas olham para o americano como o seu salvador. A situação piora quando os japoneses exigem que as jovens raparigas saiam para ir alegrar uma festa dos militares...

Perante o problema, surge uma solução: as prostitutas apesar de caprichosas, oferecem-se para ir e usar a sua “arte de sedução” como perdição dos soldados. O americano decide esconder as raparigas num camião debaixo de caixotes de bebidas. Como um bom amante de álcool, ele sabe corromper os japoneses com garrafas e assim ultrapassar todas as barreiras. No dia combinado todos cumprem o seu papel, usando velhos gestos e hábitos que agora adquirem outro valor. As experiências passadas ganham nova força e utilidade.

É de realçar a estética visual e sonora criadora de uma rara beleza emotiva...

Tópicos de análise:

1. Assimilar a experiência vivida ajuda a encontrar soluções.
2. Conhecer as próprias capacidades aumenta a eficácia da ação.
3. O “risco” estimula cada um a dar o que de melhor sabe e pode.

Link para o filme:

www.imdb.com/title/tt1410063/

Paulo Miguel Martins

Professor da AESE

